5

Conclusão

Por haver a possibilidade de desenvolver tantas atitudes frente à diversidade cultural promovida pelo multiculturalismo, é que o direito se faz necessário e fundamental, pois apenas soluções normativas serão capazes de regulamentar de forma justa a coexistência de culturas tão diferentes, valorizando e reconhecendo cada grupo cultural.

Nas condições atuais não é possível se fechar para o outro ou mesmo mantê-lo distante. Vivemos em terra de estrangeiros, onde tantas identidades e culturas se misturam. Ao mesmo tempo, os outros nos causam medo e estranheza, pois, muitas vezes, não estão localizados, identificados e também não são previsíveis. As instituições modernas de controle estão enfraquecidas, e já não exercem mais a função de regulação e habilitação.

Nesse período de tantas incertezas, vale ressaltar a importância dos movimentos sociais, que são capazes de legitimar a construção de um direito representativo de uma comunidade ativa e consciente. Este seria o caminho para a formação de uma cidadania global a partir de uma atuação local.

A linguagem é tema central na teoria de Habermas; é por meio da racionalidade comunicativa e do entendimento mútuo que os sujeitos reconfiguram o mundo. É dentro dessa perspectiva que reside o potencial emancipatório do projeto da modernidade. A normatividade buscada por Habermas é construída linguisticamente, por meio da discussão pública sem restrições em diversos níveis.

Habermas subdivide a sociedade em duas esferas: o sistema e o mundo da vida. O sistema é regido pela lógica instrumental que incorpora as relações hierárquicas de poder e o intercâmbio econômico (dinheiro). O mundo da vida, ao contrário, é a esfera de reprodução simbólica, da linguagem e dos significados,

e nele estão situadas: a cultura, ou seja os padrões culturais; a sociedade como elemento maior de integração; a pessoa e a personalidade.

Os imperativos sistêmicos da burocracia e da economia quando transferidos para o mundo da vida geram diversas patologias. A solução para evitar que o processo de colonização engesse a sociedade está nos mecanismos de comunicação orientados para o entendimento. Habermas identifica o processo de colonização do mundo da vida pelo sistema como um mecanismo de instrumentalização.

A colonização do mundo da vida acontece devido à racionalização da ação administrativa e econômica, levando o poder e o dinheiro a coordenarem ações que antes sempre foram guiadas pelos mecanismos linguísticos. A institucionalização jurídica é a responsável pela mediação da colonização do mundo da vida, pois é por meio das máquinas administrativas que o exercício das normas é neutralizado. A juridicização das relações sociais é resultado do controle do mundo da vida pelo direito formal: “a juridificação leva à burocratização e à monetarização de áreas centrais do mundo da vida”¹⁵⁵.

Para Habermas, “o mundo da vida, do qual as instituições são uma parte, manifesta-se como um complexo de tradições entrelaçadas, de ordens legítimas e de identidades pessoais – tudo reproduzido pelo agir comunicativo.”¹⁵⁶ Ao introduzir o agir comunicativo no mundo da vida e, ainda, a regulamentação do comportamento pelas instituições originárias, é que compreende-se a integração social em grupos pequenos e indiferenciados.

Quanto maior for a complexidade da sociedade e quanto mais se ampliar a perspectiva restringida etnocentricamente, tanto de histórias de vida, as quais inibem as zonas de sobreposição ou de convergência de convicções que se encontram na base do mundo da vida; e, na medida de seu desencantamento, decompõem-se os complexos de convicções sacralizados em aspectos de validade diferenciados, formando os conteúdos mais ou menos tematizáveis de uma tradição diluída comunicativamente (Habermas, 2003, p.44).

¹⁵⁵ Reese-Schafer, p.60.

¹⁵⁶ Habermas, Direito e Democracia, Vol. I p.42.

Habermas, ao indagar “como estabilizar, na perspectiva própria dos atores, a validade de uma ordem jurídica, na qual ações comunicativas tornam-se autônomas e claramente distintas de interações estratégicas?”¹⁵⁷ lança como resposta o direito, pois considera que a linguagem, por não ter força normativa, não é capaz de promover a integração em meio à pluralidade nas sociedades modernas, justamente por haver cada vez mais dificuldades de se alcançar o consenso somente pela via da comunicação. Entretanto, Habermas encontra no direito a solução para a estabilização e integração social. Para ele, o direito atribui validade e institucionaliza as pretensões de verdade fomentadas na esfera pública.

Com o desenvolvimento da teoria discursiva, nota-se que a linguagem somente não consegue exercer autonomamente a integração numa sociedade altamente complexa e diferenciada. Dessa forma, para Habermas, seria o direito, criado de forma legítima através de uma política deliberativa, o elemento médium de integração social. Para ele as normas jurídicas são legítimas, a partir do momento que os destinatários passam a ser autores das normas às quais estão subordinados. Essa é a defesa de emancipação social que dá aos sujeitos a capacidade de autolegislação.

O que Habermas pretende é inserir a categoria do direito na ótica da teoria do agir comunicativo, pois para preencher a função de estabilização das expectativas nas sociedades modernas, o direito deve estabelecer, permanentemente, um nexos interno com a força socialmente integradora do agir comunicativo.

o direito não pode satisfazer apenas às exigências funcionais de uma sociedade complexa, devendo levar em conta também as condições precárias de uma integração social que se realiza em última instância, através das realizações de entendimento de sujeitos que agem comunicativamente, isto é, através da aceitabilidade das pretensões de validade. O direito moderno tira dos indivíduos o fardo das normas morais e as transfere para as leis que garantem a compatibilidade das liberdades de ação. Estas obtêm sua legitimidade através de um processo legislativo que, por sua vez, se apóia no princípio da soberania popular do povo. Com o auxílio dos direitos que garantem aos cidadãos o exercício de sua autonomia política, deve ser possível explicar o paradoxo do surgimento da legitimidade a partir da legalidade (Habermas, 2003, p.114).

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.45

Habermas considera latente ao direito a tensão entre faticidade e validade ou a tensão entre positividade do direito e a legitimidade pretendida por ele. A tensão não pode ser ignorada, pois a racionalização do mundo da vida, “impede cada vez mais que se cubra a necessidade de legitimação do direito estabelecido”

158

O modelo da autolegislação apresentado pela teoria do discurso de Habermas é o que possibilita aos destinatários do direito serem, simultaneamente, os autores das normas. Neste caso, acontece o que o autor chama de *gênese lógica de direitos*, quando o princípio democrático é a síntese da relação dialética da interligação que existe entre o princípio do discurso e a forma jurídica. “A gênese lógica desses direitos forma um processo circular, no qual o código do direito e o mecanismo para a produção de direito legítimo, portanto o princípio da democracia, se constituem de modo *co-originário*”¹⁵⁹.

A contribuição do direito para a formação da identidade no espaço público deliberativo revela-se especialmente na organização dos procedimentos através dos quais são criados programas de leis que são elaboradas a partir de liberdades comunicativas. Isso representa a possibilidade da formação racional da vontade: “o fluxo livre de temas e contribuições, informações e argumentos, deve fundamentar a suposição da racionalidade para resultados obtidos conforme o procedimento correto”¹⁶⁰. Dessa forma, a manifestação das convicções que nascem dos discursos quando compartilhados intersubjetivamente, exerce uma força motivadora: “a partir do momento em que as liberdades comunicativas dos civis são mobilizadas para a produção do direito legítimo, tais obrigações ilocucionárias se cristalizam num potencial com o qual os detentores de posições do poder administrativo têm que contar”¹⁶¹.

A questão da identidade na modernidade tornou-se um desafio para a autonomia individual, com base em requisitos individuais de autorealização. Buscamos entender a formação das identidades sociais a partir da dinâmica de

¹⁵⁸ Ibidem, p.128

¹⁵⁹ Ibidem, p.158

¹⁶⁰ Ibidem, p.186

¹⁶¹ Ibidem

uma luta por reconhecimento. A maioria das lutas sociais atualmente são motivadas por reivindicações de reconhecimento ou pela negação e desrespeitos em relação à formação da identidade. Para que seja efetivado o reconhecimento é fundamental a prática do respeito recíproco do outro, em que os membros de todos os grupos tenham direitos iguais.

A visão democrática radical de Habermas está apoiada no direito e na idéia de que a sociedade democrática atua sobre si mesma através de meios políticos, onde os destinatários das leis são, ao mesmo tempo, os seus autores. O caráter auto-referencial da autodeterminação e da auto-influência política da coletividade está apoiada na opinião e na vontade dos cidadãos, que se forma através do discurso. Habermas considera como um sintoma evidente de erosão da consciência normativa, a perda da esperança na política como o principal meio de “influir sobre si mesma através da vontade de seus cidadãos, esclarecida através do discurso”¹⁶².

Uma compreensão dinâmica da democracia pressupõe, portanto, de um lado, uma autoconsciência descentrada, isto é, uma visão que se estrutura não mais na linha endógena e particularista de uma cultura particular, mas na linha de um universalismo particularista. De outro lado, ela envolve a realização de uma sociedade justa e igualitária, isto é, uma política que inclui o outro e sua alteridade, mesmo que esse outro seja o estranho, o diferente e o marginalizado (Habermas, 2003, Era das transações, p. 12).

Os teóricos do reconhecimento e da democracia deliberativa no campo da teoria crítica, como Habermas, Benhabib, Fraser e Honneth utilizam-se da dimensão moral e intersubjetiva da política, e entendem que ela não se limita a uma luta de interesses, pois é preciso reconhecer dimensões normativas, coletivas e simbólicas sobre as quais os sujeitos se reconhecem e se apóiam. Para esses autores, a participação dos atores sociais precisa, além de uma consequência prática, ter um resultado normativo. A grande preocupação que ainda permeia a teoria da democracia deliberativa é se a troca de razões como fonte de decisões legítimas no espaço público devido à garantia participativa também garante uma racionalidade no conteúdo dos discursos. Os discursos e as negociações

¹⁶² Habermas, 2003. Era das transações, p.12.

fomentadas no seio da política deliberativa é que irão possibilitar uma solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas.